

O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA:
UMA ANÁLISE DE MODELOS DE DESCRIÇÃO GRAMATICAL

Renata Blessmann Ferreira¹

Resumo: Este artigo versa sobre o tratamento do processo de gramaticalização de perífrases verbais em Língua Portuguesa conferido por duas gramáticas descritivas datadas do século XXI, a saber, a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno, e a *Gramática do Português*, de Eduardo Raposo *et al.*, com o intuito de se perceber de que forma tal fenômeno, tido em sua óptica sincrônica, é abordado pelos autores. Os fundamentos para esta leitura encontram-se no campo do Funcionalismo, sobretudo nas abordagens teóricas de Michael Halliday e de Simon Dik, baseadas na concepção de competência comunicativa, segundo a qual a língua é constituída pela interação verbal, e também nas de Heine *et al.* (1991) e de Hopper; Traugott (1993) a respeito do fenômeno da gramaticalização, entendido como o processo a partir do qual uma unidade linguística tem seu estatuto categorial alterado em função da seleção feita pelos usuários de recursos linguísticos já existentes no sistema, para aplicá-los em novos contextos. A análise de ambos os materiais foi feita a partir de um movimento investigativo, em que foram verificadas as inserções acerca da gramaticalização de perífrases verbais, a partir da qual foi proposta uma síntese, procurando evidenciar as singularidades e as semelhanças entre as duas descrições. Como consequência do público a que se destina cada obra e também da variedade linguística norteadora das descrições, constata-se que a gramática portuguesa realiza uma leitura mais minuciosa e categorizada das perífrases verbais, enquanto a obra brasileira propõe uma análise mais geral, cujos focos são o processo histórico do qual deriva a gramaticalização dos verbos auxiliares e a valoração sociocultural dos usuários frente aos diferentes empregos perifrásticos.

Palavras-chave: Gramaticalização. Gramáticas descritivas. Perífrases verbais. Funcionalismo.

Abstract: This article deals with the process of grammaticalization of verbal periphrasis in Portuguese language given by two descriptive grammar books from the 21st century, namely, *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, by Marcos Bagno, and *Gramática do Português*, by Eduardo Raposo *et al.* Therefore, the objective is to notice in which manner the phenomenon, in its synchronic scope, is approached by the authors. The foundations for this reading follows the field of Functionalism, especially concerning the theoretical approaches by Michael Halliday and Simon Dik,

¹ Mestranda na área de Estudos da Linguagem, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: renata.blessmann@gmail.com

based on the concept of communicative competence, in which language is constituted by verbal interaction. The work of Heine *et al.* (1991) and Hopper; Traugott (1993) is also considered, inasmuch as grammaticalization is understood as a process from which the categorical state of a linguistic unit is altered due to the selection done by users of linguistic resources, which are already present within the system, in order to apply them to new contexts. In the analysis of both books, the insertions regarding grammaticalization of verbal periphrases were verified, thence a synthesis was proposed in which singularities and resemblances between both descriptions were pointed out. As a consequence of the public each book is destined to, as well as the guiding linguistic varieties of the descriptions, it is verified that the Portuguese grammar performs a more thorough and categorized reading of verbal periphrasis, while the Brazilian book proposes a more general analysis, whose focuses are the historical process from which the grammaticalization of auxiliary verbs is derived and the sociocultural appreciation by users of the language facing different periphrastic uses.

Keywords: Grammaticalization. Descriptive grammar books. Verbal periphrasis. Functionalism.

1 Considerações iniciais

O presente artigo, fruto da síntese do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Gramaticalização em perífrases verbais na língua portuguesa: uma análise de modelos de descrição gramatical”, pretende, sob a ótica funcionalista, cotejar a descrição do processo de gramaticalização apresentada em duas gramáticas de Língua Portuguesa, brasileira e portuguesa, datadas do século XXI, escolhidas por conta de sua importância no âmbito da reflexão dos usos linguísticos feitos pelos falantes. A partir de uma perspectiva sincrônica do fenômeno de gramaticalização – considerada, nesta pesquisa, não em oposição à diacronia, mas em dependência desta, na medida em que serve à elucidação de padrões sincrônicos de uso linguístico decorrentes de um *continuum* evolutivo do sistema –, intenta-se perceber de que forma esse processo é abordado pelos autores, que partem de diferentes vocabulários, *corpus* e público-alvo, para a exposição de estruturas perifrásticas, entendidas, usualmente, como a junção

de um verbo auxiliar gramaticalizado com outro, pleno (e, portanto, com significado lexical), expresso em alguma das formas nominais dos verbos (infinitivo, gerúndio ou particípio). Todavia, por não haver uma consonância entre os gramáticos acerca dos traços próprios dessas estruturas, a sua definição é proposta, pormenorizadamente, a partir da descrição gramatical de cada um dos autores das gramáticas que constituem o *corpus* deste trabalho: a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2012), e a *Gramática do Português*, de Eduardo Raposo *et al.* (2013).

Apesar da diversidade de delimitações possíveis em relação às perífrases verbais, como ponto de partida para o exame comparativo aqui intencionado, assume-se como tendo sofrido processo de gramaticalização verbos como *ir*, cuja leitura inicial era de deslocamento espacial (*Ela vai ao restaurante almoçar*), mas que foi adquirindo valor de auxiliar e passou a significar deslocamento temporal de futuri-dade (*Ela vai almoçar*), e *haver*, que, de verbo pleno com sentido abstrato de posse, desempenha, contemporaneamente, tanto função desinencial (*Cantarei*) quanto de auxiliaridade (*Ela havia viajado mês passado*). Tendo em conta, ainda, que o exame dessas e de outras formas linguísticas necessita de um estudo teórico-metodológico que o justifique e que o oriente, optou-se por dividir este artigo em cinco capítulos, relativos às considerações iniciais, ao referencial teórico, à metodologia, à análise de dados e às considerações finais.

2 Referencial teórico

2.1 A gramática funcionalista

O exercício de reflexão frente aos usos possíveis dentro do sistema da língua necessita de se inserir em um quadro teórico no qual

estejam presentes componentes de esfera discursiva, e é desse contexto que estudos de base funcionalista emergiram. Ao examinar a língua em funcionamento e ao adotar um olhar que entende o sistema como instável, visto serem estrutura e função componentes dependentes do discurso, o Funcionalismo busca compreender a competência comunicativa dos usuários, ou seja, busca verificar como a comunicação de dada língua se estabelece (MARTINET, 1994), analisando, para isso, a capacidade dos falantes de construir, utilizar e interpretar expressões de maneiras eficiente e apropriada, de acordo com a interação verbal. Assim, apesar de se admitir que a teoria funcionalista abarque modelos de análise linguística distintos (PRIDEAUX; SIEWIERSKA, 1994), aceita-se, igualmente, a existência desse propósito comum, entrevisto nas diversas particularidades de cada modelo.

Desta forma, a análise da estrutura gramatical sob uma orientação funcional é proposta a partir de um viés discursivo, incluindo elementos da situação comunicativa (NICHOLS, 1984), pois é a partir desta que, dinâmica e funcionalmente, constituem-se estrutura e função, forma e significado. Isso posto, considera-se que nem língua nem gramática podem ser entendidas sem referência à comunicação, à interação social, à cultura, à mudança, à variação; a dinamicidade da língua existe na medida em que se percebe que os espaços são preenchidos a depender do uso feito pelos falantes. Para o paradigma funcional, portanto, a língua não existe em si e por si mesma, mas por seu papel instrumental de mediar a comunicação entre os seres humanos. Conforme afirma Neves,

[...] a gramática funcional visa a explicar regularidades dentro das línguas e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua. A gramática funcio-

nal ocupa, assim, uma posição intermediária em relação às abordagens que dão conta apenas da sistematicidade da estrutura da língua ou apenas da instrumentalidade do uso da língua. (NEVES, 1997, p. 22)

Frente às diversas modalidades de descrição linguística abarcadas pelo Funcionalismo, Nichols (1984) defende a existência de três diferentes gradações: o funcionalismo conservador, o moderado e o extremado. O primeiro deles não se propõe a fazer uma análise da estrutura linguística, embora considere inadequados os exames formalistas e estruturalistas; o segundo, por sua vez, parte do mesmo pressuposto de serem as teorias precedentes impróprias para um estudo da língua, mas, frente a isso, desenvolve uma proposta de análise de base funcionalista; o terceiro, por fim, considera não haver restrições sintáticas para a formação de enunciados, uma vez que as regras se baseariam nas funções de cada contexto e não nas estruturas *per se*.

Haja vista, então, os inúmeros autores funcionalistas que propuseram seus próprios modelos – cujas características ora se complementam, ora se opõem –, para o presente trabalho foram escolhidos aqueles nomes cuja abordagem teórica é, como delinearam Nichols (1984) e Van Valin (1990), moderada, uma vez que, a partir das inadequações relativas ao estruturalismo e ao formalismo, indicaram uma análise das línguas naturais na qual tanto a semântica como a pragmática fossem intervenientes, sem, contudo, suplantarem o papel central da estrutura. Tal concepção, em que a pragmática esteja pressuposta frente ao elemento sintático-semântico do modelo linguístico, é característica da Escola Linguística de Praga e pode também ser entrevista nos modelos funcionalistas de Michael Halliday e de Simon Dik, autores que "buscam construir a teoria no interior do

próprio sistema, o que revela, fundamentalmente, uma consideração funcional da própria natureza da linguagem" (NEVES, 1997, p. 17).

A teoria da linguagem na qual se fundamenta Halliday (1985) é conhecida como *gramática sistêmico-funcional*, visto o autor britânico defender ser a língua, concomitantemente, sistema e função. Nessa perspectiva, a gramática deve apresentar um estudo de formas linguísticas ancorado na semântica de cada atualização feita pelos falantes, uma vez que à gramática funcional caberia o papel de codificar significados, que, por sua vez, seriam sistematizados na forma de itens lexicais e de itens gramaticais. Além disso, como a produção de sentidos ocorreria por meio de enunciados, a língua seria um sistema semântico não apenas em relação a significados de palavras, mas, acima de tudo, pressuposto a todo o sistema de significados de uma língua. Assim, depreende-se, com tal nomenclatura, que a construção de sentidos, para o autor, não pode estar restrita à sentença; ao contrário, deve estar em constante diálogo com o texto (oral ou escrito), unidade maior de funcionamento (GOUVEIA, 2009).

Dik (1981), da mesma maneira que Halliday, interpreta como sendo multifuncionais os elementos que estruturam os enunciados, não sendo suficiente uma interpretação que se baste na indicação das funções gramaticais ou um modelo enunciativo baseado tão somente na sequência *codificação, transmissão e decodificação*. Para o linguista holandês, a interação verbal seria uma atividade cooperativamente estruturada: *cooperativa* por ser resultado da ação de dois participantes com um objetivo comum (a interação satisfatoriamente empreendida), e *estruturada* por ser governada por regras, princípios, convenções que, para o autor, constituiriam dois sistemas distintos, um regendo a constituição de expressões linguísticas (ligadas a regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, portanto), e

outro, os padrões de interação verbal em que tais expressões são utilizadas (vinculados, assim, a regras pragmáticas). Em vista disso, o autor (1989) não admite a existência de uma sintaxe autônoma, pois, a despeito de assentir que a linguagem só possa funcionar, para a comunicação, por meio de estruturas sintáticas, seria unicamente por meio da especificidade gramatical de uma expressão posta em uso que se determinaria o seu valor semântico.

2.2 O fenômeno da gramaticalização

Considerar a língua sob a ótica funcionalista implica entender a gramática como um sistema adaptável, em que predomina a instabilidade entre conservação e variação (DUBOIS, 1985); em decorrência disso, um dos temas centrais nos estudos funcionalistas é a relação entre discurso e gramática, com foco especial para o fenômeno da gramaticalização. Assim, na liberdade organizacional do falante, configura-se tanto a manutenção do sistema, possível pela sua parcial autonomia (fruto da possibilidade de categorias, materializadas em um determinado contexto, serem reutilizadas em outros momentos), quanto a sua mudança, dirigida por pressões comunicativas (como necessidades informativas ou retóricas), que provocam uma constante acomodação da gramática. Tal adequação ao contexto é possível por meio do fenômeno da gramaticalização, cujo princípio geral é "reorganização do sistema sob pressão do uso, embora dentro de estruturas possíveis" (NEVES, 2002, p. 151). Dessa maneira, a gramaticalização abrange, quer na sintaxe dos enunciados, quer em sua semântica, aquelas estruturas que foram possibilidades em um mesmo estágio de paradigmas e que são representativas de diferentes graus de coalescência.

Foi Meillet, em 1912, quem cunhou o termo *gramaticalização*

da forma como é concebida nos estudos atuais. Para o autor, o fenômeno deveria ser entendido como a atribuição de um caráter gramatical para uma palavra anteriormente autônoma – nos estudos pioneiros do linguista francês, o processo envolvia, fundamentalmente, a passagem de um item lexical para um gramatical –, resultado de um *continuum*² de esvaziamento de sentidos, de enfraquecimento das formas linguísticas e, por consequência, de empobrecimento da língua (MEILLET, 1912). A partir dessa acepção mais clássica, "palavras de uma categoria lexical plena (nomes, verbos e adjetivos) pode[ria]m passar a integrar a classe das categorias gramaticais (preposições, advérbios, auxiliares etc.), as quais, em momento posterior, pode[ria]m vir até mesmo a se tornar afixos" (GONÇALVES *et al.*, 2007) – compreendendo como lexicais os itens que fazem referência ao mundo ou que o descrevem e como gramaticais os que organizam os primeiros no interior do discurso.

Com base nessa primeira acepção do fenômeno, autores como Heine *et al.* (1991) e Hopper e Traugott (1993) assumiram, como ponto de partida de seus estudos, que itens lexicais (signos linguísticos plenos, relacionados às classes abertas de palavras) originam, em um processo de abstratização, itens gramaticais (signos linguísticos vazios, pertencentes às classes fechadas de palavras), e que itens já gramaticalizados podem se tornar ainda mais gramaticais. O princípio geral que constituiria o fenômeno, para Heine *et al.* (1991), ou o determinaria, para Hopper e Traugott (1993), seria a unidirecionalidade, que pressupõe ser sempre a unidade de menor grau gramatical a re-analisada para outros contextos comunicativos, tornando-se mais gramatical. A abstratização do elemento tem como consequência a

² Assim como Meillet (1912), também Heine *et al.* (1991) utilizam o termo *continuum* para se referirem às mudanças no sistema. Hopper e Traugott (1993), por sua vez, chamam o evento de *cline*.

transformação das estruturas gramaticalizadas em mais previsíveis e regulares, tornando "o falante, num determinado ponto do enunciado, mais sujeito a determinações do sistema e menos livre para escolhas nas quais possa exercitar sua criatividade" (NEVES, 1997, p. 129), pois os elementos são transpostos dessa criatividade momentânea para as restrições da gramática.

Partindo desse entendimento, Heine *et al.* (1991) apresentam uma escala de derivação metafórica das estruturas gramaticais, de modo que as categorias cognitivas mais próximas dos indivíduos (e, portanto, mais concretas) originariam aquelas mais afastadas (e menos concretas): *PESSOA* > *OBJETO* > *PROCESSO* > *ESPAÇO* > *TEMPO* > *QUALIDADE*, em que as mudanças seguiriam um fluxo da esquerda para a direita. As categorias da escala metafórica poderiam ser analisadas, por exemplo, em relação ao tipo de constituinte, em que *PES- SOA* e *OBJETO* se configurariam como sintagmas nominais, *ATIVIDA- DE*, como sintagma verbal, *ESPAÇO* e *TEMPO*, como sintagmas adverbiais e *QUALIDADE*, como modificador.

Juntamente à unidirecionalidade e à abstratização, a gradação do desenvolvimento das categorias em gramaticais também deve, para Heine *et al.* (1991), ser analisado a partir dos mecanismos de metáfora e de metonímia, que atuariam distintamente sob a gramaticalização, mas de forma complementar afetariam a semântica das estruturas. Segundo os autores, na metáfora, a transferência conceitual funcionaria a partir do deslizamento de sentido de predicções preexistentes em novos contextos e, por conseguinte, da atualização de tais predicções em funções gramaticais específicas, visando à resolução de algum problema de representação. A metonímia, por sua vez, seria uma reinterpretação induzida pelo contexto; dessa forma, as transformações das categorias ocorreriam como fruto de

uma contiguidade conceitual gerada pelos contextos linguísticos e extralinguísticos, uma vez que estaria sujeito à resolução de problemas de informatividade e de relevância para a comunicação.

3 Procedimentos metodológicos

A título de diagnóstico do cenário descritivo em que se encontra o processo de gramaticalização de perífrases verbais, observou-se a forma como Marcos Bagno (2012) e Eduardo Raposo *et al.* (2013) abordam tal fenômeno a partir do exame comparativo das duas obras, uma vez que ambos os autores se pautam em uma concepção de língua tida como fruto da competência comunicativa dos falantes. Por essa razão, a escolha das gramáticas para este estudo foi centrada em autores que se norteiam por princípios funcionalistas, visto pressuporem a língua em sua dinamicidade. Haja vista, ainda, o interesse em um exame do estado atual da língua, foram utilizadas obras lançadas neste século e, especificamente, na última década, tanto em Portugal quanto no Brasil: e a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2012), e a *Gramática do Português*, de Eduardo Raposo *et al.* (2013). Essas duas gramáticas foram escolhidas para este estudo por conta da importância, contemporaneamente, de suas descrições para a reflexão dos usos linguísticos feitos pelos falantes. A gramática portuguesa aqui analisada é a primeira e única gramática portuguesa que se propõe à descrição e não à prescrição do Português, nas suas mais diversas variedades. A gramática brasileira, por sua vez, é a mais recente obra descritiva, produzida sob influência de reflexões de autores que igualmente dão ênfase à língua falada culta, especificamente à do português do Brasil.

A *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (BAGNO,

2012) apresenta-se como uma obra que intenciona examinar e descrever características gramaticais específicas do português brasileiro contemporâneo, entendido como língua plena. Assim, auto-intitulada como a primeira gramática propositiva de uma pedagogia do português brasileiro, assume a existência de uma *norma urbana culta real*, com base na qual deve ser feito o ensino de língua, uma vez que considera como válidos quaisquer usos linguísticos que já tenham sido incorporados no discurso dos falantes – no *vernáculo, escrito ou falado, geral brasileiro*. Nesse sentido, por ter sido criada visando a dar assistência para a formação docente, não pretende oferecer uma descrição detalhada do português brasileiro, mas promover o (re)conhecimento de conteúdos que, segundo o autor, são fundamentais para um trabalho consciente, relevante e construtivo de educação linguística – como, por exemplo, o processo de gramaticalização. Assim, para ele, a reflexão sobre a língua e a linguagem deve partir do uso real, de textos autênticos, para que fique evidente ao aluno que os recursos gramaticais estão a serviço da produção de sentido das interações sociais. Em vista de tal concepção de língua, Bagno utiliza como *corpus* as atualizações do sistema oriundas das gravações de fala do projeto Norma Urbana Culta (NURC), que contemplam usos de diferentes variedades sociais, econômicas, geográficas, em contextos e em gêneros igualmente diversificados.

Por sua vez, a *Gramática do Português*, de Eduardo Raposo *et al.* (2013) e sob apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, é constituída por três volumes (o último ainda a ser lançado), para os quais colaboraram quarenta autores, especialistas de diversos domínios, provenientes de universidades e centros de investigação de Portugal, do Brasil, da Suécia, de Moçambique e dos Estados Unidos. Como gramática precursora em Portugal, a obra tem como objetivo “descre-

ve[r], de modo tão exaustivo quanto possível, a língua portuguesa na sua variedade europeia contemporânea (...)” (RAPOSO *et al.*, 2013, p. XXV). Apesar disso, em decorrência da escolha dos estudiosos de arrolarem diversos exemplos para, segundo eles, "sustentarem de forma direta a descrição dos fatos linguísticos em discussão" (RAPOSO *et al.*, 2013, XXVIII), algumas sentenças precisaram ser construídas pelos próprios autores; a maior parte das abonações, entretanto, foi extraída de fontes textuais orais, formais e informais (de diferentes regiões e em diferentes contextos comunicativos), e escritas, de produções literárias, técnicas, científicas, publicitárias e jornalísticas, o que permite à obra abranger diferentes usos de língua, ainda que de uma variedade em comum. Além disso, os autores salientam que a *Gramática* foi escrita visando também a atender um público que, com instrução média-alta, intuitiva e informalmente seria conhecedora da terminologia mais comum presente nas gramáticas tradicionais (substantivo, verbo, sujeito, predicado, objetos). Assim, partindo de uma terminologia pouco especializada, a gramática estaria inserida em uma posição intermediária, por não ser sucinta nem específica demais e por ser de fácil apreensão, tendo em conta um vocabulário menos técnico e mais simples, tanto quanto seja possível.

Em cada um dos objetos de estudo, fez-se um movimento investigativo em que, primeiramente, buscou-se entender que concepções de língua estavam neles implicados, que *corpus* era utilizado para a exemplificação dos fenômenos linguísticos e para quem tais obras se destinavam. Após isso, foram verificadas as inserções, nas respectivas gramáticas, das abordagens acerca da gramaticalização, com o intuito de analisar de que forma cada autor o considera como um fato da língua. Destacados os dados, procurou-se evidenciar a maneira como cada um apresenta a gramaticalização enquanto re-

curso linguístico produtivo tanto na norma culta do português brasileiro quanto na norma-padrão do português europeu.

4 Análise dos dados

4.1 Gramaticalização na Gramática Pedagógica do Português Brasileiro

O tema do sistema linguístico em constante modificação permeia toda a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2012), de Marcos Bagno, para quem a gramaticalização é um dos processos mais produtivos da língua para o surgimento de novos mecanismos de expressão. Por conta disso, o fenômeno é retratado, diretamente, em capítulos referentes a verbos, verbinominais³, nomes, proposições, concordância verbal, mudanças linguísticas e, indiretamente, em trechos mais específicos, como os que tratam, por exemplo, do uso fluido entre advérbios e adjetivos.

Partindo do ponto de vista de ser a descrição de uma língua sempre provisória, visto que os elementos da gramática estão em ininterrupta modificação por conta dos processos cognitivos atualizados pelos falantes, o autor elucida, no início de sua gramática, os fatores que atuam sobre o sistema linguístico. Para tanto, discorre tanto sobre os fatores sociais, como as instituições sociais, a variação e o contato linguístico, quanto sobre os sociocognitivos, nos quais estão incluídas a economia linguística, a gramaticalização e a analogia. Estas, segundo o autor, são forças centrífugas no transcurso de mudança, na medida em que agem em função de um afastamento do sistema tal como se encontra em uma dada sincronia, sendo, então, resultado do processamento da língua no cognitivo do falante, como

³ Nomenclatura adotada por Bagno para se referir às formas nominais do verbo: infinitivo, gerúndio e participio.

consequência de situações de interação social.

É nessa perspectiva que o linguista retrata a mudança promovida pela gramaticalização, entendida como “a produção de novos recursos gramaticais a partir de (re)processamentos cognitivos, por parte dos falantes, impostos aos recursos gramaticais já existentes” (BAGNO, 2012, p. 170). Assim, uma vez que a gramática está sempre atrelada ao discurso (visto a língua não ser uma entidade autônoma), seu objeto de descrição se constitui a partir das formas linguísticas empregadas pelos falantes. À medida que tais estruturas se mostram insuficientes para a produção de sentidos intentada pelos usuários, estes fazem emergir do sistema novos recursos, por meio da atualização de estruturas, significações, interpretações e análises de recursos já existentes.

O linguista, remontando às análises de Heine *et al.* (1991) e de Hopper e Traugott (1993), apresenta, então, a metáfora como sendo o reprocessamento de maior destaque, a partir do qual os falantes transferem “uma palavra de um domínio semântico para outro, ao *expandir* seu significado de um sentido concreto para sentidos cada vez mais abstratos” (BAGNO, 2012, p. 172, grifo do autor). Dialogando com conceitos como o da abstratização, Bagno retrata os diferentes níveis em que a metáfora estaria presente no discurso – muitos de seus usos, contudo, estariam de tal forma cristalizados e gramaticalizados que não mais seriam percebidos pelos falantes como resultado de transferência de sentidos. Frente a esses três níveis, a saber, na superfície do texto (em comparações, em usos figurados, em jogo de palavras, em expressões idiomáticas), no léxico (nos significados das palavras, que derivam de seu étimo) e na gramática (em elementos estruturais, como os artigos definidos e indefinidos), o autor passa a ilustrar, com diversos exemplos, inúmeras metáforas presentes



no português, as quais partem “do léxico para a gramática, da coisa para a não-coisa, do universo empírico para o universo do discurso, do sensível para o cognoscível” (BAGNO, 2012, p. 172).

Para tanto, o gramático também remonta à escala de derivação metafórica proposta por Heine *et al.* (1991), a partir da qual explica e exemplifica algumas alterações de sentido das palavras. É com base nessa escala que, por exemplo, discute-se a metáfora entre espaço e tempo, em que aquele pode designar este (como as palavras *onde*, *logo* e *espaço*), mas este não pode indicar aquele (*quando*, *tempo*, *período*, *época*, entre outros, que são utilizados exclusivamente com designação temporal), uma vez que segue o princípio da unidirecionalidade. Isso posto, o autor retoma a discussão em torno do verbo *ir* com sentido gramaticalizado, temporal, que não é aceito pela tradição gramatical, tendo em conta uma suposta divergência semântica em sentenças como *vou dormir*, *vou ficar*, *vou pensar*, por sua denotação de movimento espacial se contrapor à estaticidade dos verbos principais com os quais se associa. Assim, o verbo *ir* é uma transformação lexical que acarreta uma reanálise sintática, uma vez que os falantes passam a interpretar e a organizar de forma diferente os elementos no eixo sintagmático, passando as locuções a serem analisadas como expressões de tempo: [*vou*] [*lavar o carro*] supõe um deslocamento no espaço em direção ao ato de lavar o carro, [*vou lavar*] [*o carro*], por sua vez, faz presumir um deslocamento espacial, em algum momento futuro, com o intuito de lavar o carro. Considerando quer o deslocamento espacial quer o temporal, depreende-se, de qualquer modo, um estado de coisas futuro – e é precisamente por conta dessa semântica do verbo que ele costuma marcar o índice de futuramente.

Dessa forma, o verbo *ir*, semanticamente vazio, passa a se

constituir como expressão de futuridade, papel desempenhado, em outras sincronias, pelo verbo *haver*, como elucidada o autor em uma imagem espiral (BAGNO, 2012, p. 187), na qual estão escritas as formas já utilizadas pelos falantes, do indo-europeu ao português brasileiro, para expressar o que, contemporaneamente, entende-se como futuro do presente: *canta + *bho* (*verbo indo-europeu com significado de “ser, existir, crescer”), gramaticalizado em *cantabo*, convertido na perífrase verbal *cantare habeo*, modificado para *cantar hei*, transformado, pela erosão fonética, pelo enfraquecimento semântico e pela fixação morfossintática do verbo *haver*, em *cantarei*, e substituído, progressivamente, por *vou cantar*. O gramático ainda ressalta que, entre o raro uso da forma de futuro do presente simples – preconizada pela tradição gramatical – e o do verbo *ir* seguido de infinitivo – reproduzido pelo vernáculo geral brasileiro –, a opção dos usuários normalmente é a de utilizar, em gêneros textuais escritos mais monitorados, uma nova perífrase, resultado da ênfase na carga semântica de futuridade já implicada no verbo auxiliar: a do verbo *ir* no futuro seguido de infinitivo (*irei cantar*), como solução entre a formalidade e o coloquialismo de cada uma das variedades supracitadas⁴.

Assim sendo, a partir da metáfora e de outros processos de gramaticalização, nenhuma classe gramatical deve ser considerada fechada, pois a fluidez passa a ser uma característica obrigatória na definição das estruturas do sistema. Nesse sentido, o que inviabiliza a criação de limites bem definidos entre as classes é “precisamente a gramaticalização, que, por um lado, cristaliza algumas formas novas tornando-as prototípicas, ao mesmo tempo em que, pelo outro, desloca antigas formas para as bordas pouco consistentes da classe e

⁴ Bagno ressalta que tal construção intermediária não reflete o vernáculo geral brasileiro ao indicar que, no *corpus* do NURC-Brasil, existe apenas uma ocorrência de estruturas do gênero.

força elas a entrar no domínio de outra classe gramatical” (BAGNO, 2012, p. 487). De forma breve, Bagno ainda cita outro importante agente de transformação do sistema (ao lado da analogia, da recategorização, da reanálise sintática, da relação icônica): a metonímia, um dos princípios da gramaticalização abordado por Hopper e Traugott (1993). Diferentemente da metáfora, que funciona por meio do “transporte” do significado de um termo para outro, em uma comparação implícita, a metonímia atua pela contiguidade semântica entre os termos, já que um e outro mantêm estreita relação.

4.2 Gramaticalização na Gramática do Português

Eduardo Raposo *et al.*, na *Gramática do Português* (2013), inicia tratando da história e da geografia da língua portuguesa, apresentando, para tanto, as origens e a formação do português, bem como o fenômeno de reanálise, entendida, “genericamente, como um processo de interpretação criativa de dados linguísticos ambíguos” (RAPOSO ET AL., 2013, p. 34), o que pode provocar mudanças morfológicas e, mais frequentemente, sintáticas. São nestas últimas que se inclui a alteração do comportamento sintático dos verbos *ser*, *estar*, *haver* e *ter*, os quais eram locativos em latim, por serem empregados para localizar um elemento do mundo real em um espaço físico ou sob domínio de um possuidor. Especificamente o verbo *ser* (*esse*) também era, já no latim, empregado como auxiliar de construções passivas, copulativas e de tempos compostos; além disso, o processo de gramaticalização é igualmente notável no português antigo, período no qual coexistiam dois verbos para predicado de localização (*seer* e *estar*), de posse (*teer* e *aver*) e existencial (*seer* e *haver*).

Segundo os autores, foi somente a partir do século XVI que essa multiplicidade de usos de cada verbo (na *Gramática*, são elen-

cados dezesseis diferentes possibilidades de emprego dos verbos *ser*, *estar*, *aver* e *teer* até tal período) passou a se estabilizar, tendo os falantes optado, preferencialmente, por uma forma em detrimento da outra. Assim, contemporaneamente, o valor locativo é encontrado, de acordo com Raposo *et al.*, em construções existenciais com *haver* (embora, no Brasil, tenha prevalecido o verbo *ter*), de posse e de tempo composto com *ter*, de localização com *estar*, de voz passiva com *ser* e copulativas de predicados estáveis com *ser*, e de predicados episódicos com *estar*⁵. Concluindo o debate sobre a reanálise dos quatro verbos supracitados, os autores retomam o mecanismo exposto por Heine *et al.* (1991), com base no qual se percebe quatro níveis de gramaticalização: a perda de conteúdo semântico, a generalização de contextos, a perda de propriedades morfossintáticas e a redução fonética.

Partindo, então, de um processo mais geral como o da reanálise, os autores passam a focar o léxico de maneira mais detalhada no capítulo “Processos de Gramaticalização”; assim, é a partir desse novo tópico que se conceitua, pela primeira vez, a gramaticalização, tido como “um processo progressivo e contínuo de passagem de certas unidades linguísticas de uma classe lexical para uma classe gramatical ou de uma classe menos gramatical para uma mais gramatical” (RAPOSO ET AL., 2013, p. 249). A recategorização tal qual propõe os autores assume, portanto, a influência de Heine *et al.* (1991) e de Hopper e Traugott (1993), para quem o léxico não é dividido em dois grupos estanques (classes abertas, itens lexicais vs. classes fechadas,

⁵ Construções existenciais (*Há muitos livros na biblioteca*), de posse (*A biblioteca tem milhares de livros*), de tempo composto (*A biblioteca tem aberto aos domingos*), de localização (*O meu livro está em cima da mesa*), de voz passiva (*As bibliotecas foram fechadas por causa da chuva*) e copulativas de predicados estáveis (*Os livros são pesados*) e de predicados episódicos (*A biblioteca está cheia*).

itens gramaticais), mas é resultado de um *continuum*⁶, de uma evolução unidirecional do mais lexical ao mais gramatical. Ademais, o fenômeno tem, segundo os autores, mais propensão a atingir estruturas linguísticas pertencentes a determinadas áreas conceituais do léxico, independente da língua que seja posta sob análise, como é o caso da recategorização sofrida por verbos plenos com valor de posse, no sentido de se tornarem auxiliares em tempos compostos.

Com base em tais propriedades, os autores apresentam um quadro (RAPOSO *et al.*, 2013, p. 258) com dois polos opostos (+ lexical, + pleno, + independente e outro, + gramatical, + funcional, + dependente), no qual estão organizadas as classes de palavras, de acordo com o seu grau de gramaticalidade. Os verbos, por exemplo, não se enquadram totalmente em um único polo, já que também adquirem valor mais gramatical (podendo se transformar em semiauxiliares ou auxiliares) à medida que se gramaticalizam e desenvolvem perífrases. Assim, a partir desse panorama, apreende-se a inclusão do verbo auxiliar *ter* nos tempos compostos (*Tu terias apreciado este livro*) e do verbo *ser* na voz passiva (*Essa questão é referida pelo autor em seu livro*) como representativa do estágio do processo de gramaticalização mais incipiente, em que não há alterações na forma ou nas propriedades flexionais, mas no estatuto categorial, no sentido de adquirir valor mais gramatical do que os verbos plenos que lhe deram origem⁷. Também estágios mais avançados, em que a gramaticalização acarreta redução morfológica e cliticização podem ser percebidos em tal quadro; nesse sentido, o verbo auxiliar que mais amplamente ilustra a passagem por todo o *continuum* é *haver*, que se cliticizou e juntou-se à forma infinitiva dos verbos com que se rela-

⁶ Refletindo a dupla influência presente na *Gramática*, Raposo *et al.* fazem uso não só do termo de Heine *et al.*, *continuum*, mas também do de Hopper e Traugott, *cline*.

⁷ Também *estar* em construções predicativas (*Ele está cansado depois de um dia de treino*) figura entre os verbos neste estágio inicial de gramaticalização.

cionava em latim, adquirindo valor de futuro. Assim, apesar de ter atingido o grau máximo de gramaticalidade ao funcionar como afixo flexional na formação do futuro do presente e do condicional, ainda o verbo carrega resquícios de seu valor pleno: o fato de somente esses dois tempos verbais exigirem a mesóclise revela a origem de suas formações e, ao mesmo tempo, o processo de gramaticalização por que passou o verbo, na medida em que o clítico divide a construção verbal (*Amar-te-ei*), deixando-a morfologicamente segmentada de acordo com as formas precedentes (*Amar hei*). Além disso, haja vista a estabilidade em que se encontra a construção de futuro simples, uma nova forma surgiu para expressar o mesmo significado, como frequentemente acontece no processo de gramaticalização: a forma composta *ir* + infinitivo, que passa a concorrer com a forma simples para expressar a ideia de futuridade⁸.

Assim, retomando a escala de derivação metafórica de Heine *et al.* (1991), os autores mostram o percurso de abstratização dos verbos *ir* e *vir*, que, inicialmente, tinham valor espacial e que passaram a exprimir tempo. Para tanto, são apresentados alguns exemplos de uso que demonstram a sua gradual modificação; assim, enquanto verbo pleno, ocorre em frases formadas com duas orações (*Ela vai à confeitaria comer uma fatia de torta*), de modo que cada verbo seja complementado por seus respectivos objetos – embora já possa ser entrevista, pragmaticamente, a futuridade adjacente ao verbo que denota deslocamento. O valor temporal pode ser mais facilmente percebido em construções em que ambos os verbos estejam adjacentes um ao outro (*Ela vai comer uma fatia de torta à confeitaria*)⁹ e, mais ainda, em sentenças em que o verbo de deslocamento não seja

⁸ Raposo *et al.* apresentam a construção *haver de* como sendo também concorrente do futuro simples. Contudo, entre as três formas possíveis, sabe-se que tal estrutura é a menos acionada pelos falantes, por conta de seu grau de formalidade mais acentuado.

⁹ Faz-se notar que esta não é uma construção usual no português brasileiro.

complementado por seu locativo (*Ela vai comer uma fatia de torta*). Frases como essa, em que *ir* se une a um predicado eventivo, costumadamente são ambíguas, porque não necessariamente envolvem o deslocamento do agente verbal – a despeito de sempre conotarem uma interpretação temporal de futuridade.

Por conta da eminência do valor temporal de *ir*, a gramaticalização do verbo se processou, para Raposo *et al.* (2013) tanto no sentido de funcionar como semiauxiliar de futuro em perífrases com verbos que não implicam deslocamento (*Ele vai gostar do bolo*), como auxiliar, também de futuro, mas com verbos de movimento, o que demonstra ser de valor inteiramente temporal (*Ele vai viajar*). Além de formar perífrase com o infinitivo, *ir* também pode o ser com gerúndio, carregando, então, um valor progressivo (*Ela ia adiando a notícia desde a gravidez*). De mesmo modo, *vir* passou por uma metáforização, tendo adquirido valor de duratividade quando utilizado em perífrases com gerúndio, acompanhado ou não de um início expresso (*Ele vem chamando a atenção das autoridades para o problema [desde o início da investigação]*).

Após expressarem esse e outros estágios do processo de gramaticalização¹⁰, os autores retomam a reanálise, retratada no princípio da obra, a fim de explicar os dois principais processos cognitivos que promovem mudança na língua: a metáfora e a metonímia (na qual é atuante a rotinização). Assentes em Heine *et al.* (1991) e em Hopper e Traugott (1993), Raposo *et al.* entendem que ambos os processos atuam no processo de gramaticalização, sem haver uma sobreposição entre eles, na medida em que derivam de interpretações diferentes. A partir desses processos, então, é apresentada a

¹⁰ Os autores propõem uma gradação do fenômeno, desde as estruturas gramaticalizadas que não tiveram nenhuma alteração formal, até as que sofreram redução morfológica e cliticização (nas quais se incluir o verbo *haver*), passando por aquelas que perderam suas propriedades flexionais.

escala de categorias conceituais de derivação metafórica proposta por Heine *et al.* (1991), por meio da qual são oferecidos diversos exemplos que confirmam a sua adequação. Assim, apesar das particularidades de cada palavra, é comum à grande parte delas ter maior frequência de uso e significado menos preciso, pois isso as torna mais suscetíveis à gramaticalização; nesse sentido, não surpreende o apontamento de Raposo *et al.*, segundo os quais os verbos mais empregados pelos falantes são, com base no *corpus* de análise, em ordem decrescente, *ser*, *ter*, *estar*, *fazer*, *ir*, *haver* e *poder*. Todos esses verbos sofreram algum tipo de recategorização, ou como verbos auxiliares (*ser*, *estar*, *ter*), como copulativos (*ser* e *estar*), como semiauxiliares com valor temporal futuro (*ir* + infinitivo e *haver de* + infinitivo), com valor modal (*ter de*) ou como afixo verbal com valor de futuro (*haver*).

Tendo em conta, então, que os verbos plenos cooptados para exercer uma função de auxiliaridade perdem o seu sentido descritivo em diferentes graus, Raposo *et al.* propõem uma divisão entre os verbos gramaticalizados, já que estes não seguiriam os mesmos critérios semânticos e sintáticos. Os semiauxiliares, nesse sentido, estariam em uma posição intermediária de gramaticalização, ainda carregando conteúdo semântico, comum aos verbos plenos, e podendo a negação ter escopo tanto no verbo semiauxiliar como no principal (*Eu não devo não comer chocolate*), ao contrário dos auxiliares, que carregariam apenas o conteúdo gramatical (de valor aspectual, modal ou temporal) e que, portanto, formam uma unidade verbal que somente pode ser negada na sua totalidade (*Eu não vou comer chocolate*). Finalizando, então, a exposição sobre as diferentes fases da gramaticalização em relação aos verbos, os autores apresentam um quadro das categorias conceituais e dos processos de subjetivação de

itens verbais (2013, p. 280), no qual é esquematizado quais verbos estão incluídos em cada uma das quatro categorias (verbo pleno, verbos semiauxiliar e copulativo, verbo auxiliar e desinência verbal) e qual é a leitura que promovem (aspecto, modalidade, tempo, espaço, qualidade, existência). Os verbos elencados neste quadro (*ser, estar, ir, vir, ter e haver*), analisados a partir de seu deslizamento semântico e de sua tendência à abstratização, são posteriormente tematizados de acordo com a categoria (de tempo, de aspecto, de modalidade) com a qual se relacionam. Assim, os autores, concomitantemente a uma visão diacrônica, apresentam uma visão sincrônica, em que esses e outros verbos são postos sob exame em contextos discursivos contemporâneos.

4.3 Exame comparativo

A primeira questão a ser discutida é em relação ao modo como os autores fornecem as descrições gramaticais, no que toca tanto ao vocabulário e à nomenclatura utilizados, quanto à categorização e aos dados fornecidos. Percebe-se, desde o princípio da leitura das gramáticas, a diferença que a escolha da voz do discurso acarreta no leitor, que naturalmente se sente mais próximo de Bagno e de suas explicações por conta de sua *Gramática Pedagógica* ser escrita em primeira pessoa do plural (nós) – colocando autor e leitor lado a lado, enquanto falantes de uma mesma língua. Além disso, o próprio linguista faz uso da norma culta "real" sobre a qual descreve e com a qual ilustra todas as suas abonações, deixando imprimir, também, diversas marcas de informalidade¹¹ e de seu caráter didático – o uso recorrente de quadros, esquemas, desenhos (que aparecem em me-

¹¹ Por exemplo, em "Portanto, **não tem cabimento** a pergunta, tantas vezes repetida, "é ou não é para ensinar gramática?" (...) **sim, sim e sim** para a gramática como depreensão dos sentidos de um texto (...) **não, não e não** para a rotulação estéril, a classificação mecânica, a **decoreba** que ofende a inteligência" (BAGNO, 2012, p. 31).

nor grau na obra portuguesa, sobretudo nos trechos aqui analisados) também não passa despercebido, pois torna a obra visualmente mais atraente. Assim, tendo em conta ser voltada para professoras e professores em formação ou já formados, que exercem o magistério no ensino fundamental e/ou médio e na educação de jovens ou adultos” (BAGNO, 2012, p. 20), as descrições do brasileiro mostram-se acessíveis e, em certa medida, suficientes para um ensino não-acadêmico. Ademais, o fato de Bagno usar, em toda a sua obra, textos autênticos, está de acordo com a sua posição político-ideológica de apontar as formas linguísticas no mundo, sob a forma de gêneros textuais.

Raposo *et al.*, por sua vez, apesar de igualmente pretenderem descrever uma variedade em uso (a norma-padrão, ensinada nas escolas), precisam de, em alguns casos, produzir seus próprios exemplos – apresentando, então, textos não-autênticos. Assim, apesar da tomada de consciência da heterogeneidade da língua, a multiplicidade de usos somente é ativada pelos autores portugueses quando a variação entre dialetos se faz mais notória; no cômputo geral da obra, é a variedade socioculturalmente privilegiada que é focalizada – a mesma das gramáticas prescritivas. A sua inovação situa-se, desse modo, não no objeto de estudo em si, mas na concepção de língua subjacente à descrição: a língua, para os autores, é homogênea e está sujeita à substituição das regras que regem a organização das gramáticas, uma vez que os falantes interpretam os recursos do sistema em novos contextos, criando propriedades mais abstratas para a língua, como resultado da pressão de padrões sociais, psicológicos e gramaticais, sempre atuantes na variação. Além disso, ainda que se distinga da abordagem descritiva do Brasil, a *Gramática de Português* tem o mérito de aceitar que muitos dos desvios à norma-padrão são consequência da variação intrínseca à língua e indício, por vezes, de

uma mudança em curso. Assim, os autores procuram responder a inquietações de muitos usuários frente a construções que não estão de acordo com a norma, mas que são por eles (no caso, falantes do português-padrão) produzidas¹².

Tais respostas são oferecidas, na obra portuguesa, a partir de um vocabulário mais formal que o utilizado por Bagno, sendo empregadas, por exemplo, estruturas mesoclíticas e pronominais, que podem, eventualmente, ir ao encontro do “leitor com instrução média-alta, interessado em esclarecer dúvidas ou em aprofundar questões sobre a língua portuguesa para as quais não encontrasse resposta nas gramáticas existentes, por serem ou demasiado sucintas ou demasiado especializadas” (RAPOSO *ET AL.*, 2013, p. XXXI) a que se dirige a obra. Todavia, é importante notar que esse mesmo leitor, que se presume “ser conhecedor, de modo intuitivo e informal, dos conceitos e da terminologia mais comuns utilizados pela abordagem tradicional da gramática (*nome, verbo, sujeito, complemento direto, modificador adverbial, etc.*), mas não ter conhecimentos linguísticos especializados” (idem, grifos dos autores), provavelmente terá dificuldade na leitura de alguns trechos, demasiadamente categorizados e com nomenclaturas bastante específicas.

A despeito de a gramática fornecer todos os conceitos necessários para a nomenclatura empregada ser compreendida, partir do entendimento de que esse conhecimento linguístico não é especializado é questionável. Por propor uma análise mais detalhada, a *Gramática do Português* acaba por se direcionar a um seleto grupo de

¹² Curioso é uma das sentenças que serve de ilustração da inaceitabilidade de uma construção, na qual também se faz perceber a regência do verbo *ir*: “Para dar apenas alguns exemplos extremos, são claramente incorretas e sentidas como inaceitáveis pela totalidade dos falantes expressões como *ambas crianças foram ao cinema (...)*” (RAPOSO *et al.*, 2013, XXVII). No Brasil, a construção sem o artigo definido posterior à palavra *ambos/ambas* já está gramaticalizada; ao mesmo tempo, o uso de *ir* com a regência considerada correta é pouco corrente, mesmo na fala daqueles que fazem uso da norma urbana culta.

estudiosos da língua que, muito provavelmente, não a consultaria apenas para "esclarecer dúvidas" – pois, para isso, far-se-ia necessário, em alguns tópicos, a pesquisa de outros conceitos anteriores. Com isso, não se percebe nenhum movimento no sentido de tornar o estudo científico mais acessível aos leigos, que, apesar de terem instrução média-alta e interesse no estudo de tal tema, provavelmente não possuem um conhecimento científico conforme parece pressupor a composição e a configuração da *Gramática do Português*.

5 Considerações finais

A partir de avaliações comparativas como esta, torna-se possível pensar no aprimoramento de obras descritivas que, a despeito de visarem a públicos-alvo distintos, devem procurar apontar para as mais diversas atualizações dos usuários para que estes passem a ter consciência dos recursos linguísticos a que têm acesso enquanto falantes de determinada língua. O estudo da gramaticalização, nesse sentido, mostra-se frutífero por evidenciar a mutabilidade da língua e por promover, como consequência disso, discussões acerca das variedades do português e das valorações nelas implicadas, uma vez que a inovação linguística, em sua fase inicial, costuma ser tratada pelos falantes da norma privilegiada como um desvirtuamento da língua.

Especificamente no contexto escolar, conduzir os alunos à reflexão do papel dos verbos auxiliares e das perífrases verbais na construção de seus enunciados é de extrema relevância, na medida em que tais estruturas são um dos principais mecanismos da língua para a expressão de gradações aspectuais, temporais e modais, que pouco conseguem ser manifestadas em construções verbais simples. Para tanto, não é necessário, evidentemente, a apresentação de uma clas-



sificação tal qual é proposta nas gramáticas aqui analisadas, visto a noção de os verbos auxiliares acrescentarem outros valores aos verbos plenos a que se ligam ser, em grande parte, intuitiva; apesar disso, a análise de materiais é essencial para que se possa orientar os aprendizes a perceberem a língua como, sobretudo, resultado das funções que a ela são impressas.

Referências

BAGNO, M. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

DIK, S. **Functional Grammar**. Cinnaminson: Foris, 1981.

DUBOIS, J. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (ed.). **Iconicity in Syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985, p. 343-365.

GONÇALVES, S. et al. (org.). **Introdução à Gramaticalização: Princípios Teóricos e Aplicação**. São Paulo: Parábola, 2007.

GOUVEIA, C. Texto e Gramática: Uma Introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Revista Matraga: Estudos Linguísticos e Literários**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 14, p. 13-47, jan./jul. 2009.

HALLIDAY, M. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HEINE, B. et al. **Grammaticalization: a Conceptual Framework**. Chicago: University Chicago Press, 1991.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993

MARTINET, A. Qu'est-ce que la Linguistique Fonctionnelle? **Alfa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 11-18, jan./dez. 1994.

MEILLET, A. L'évolution des Formes Grammaticales. In: _____. **Linguistique Historique et Linguistique Générale**. Paris: Champion,



1912, p. 230-280.

NEVES, M. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **A Gramática: História, Teoria e Análise, Ensino**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

NICHOLS, J. Functional Theories of Grammar. **Annual Review of Anthropology**, v. 43, n. 1, p. 97-117, jan./dez. 1984.

PRIDEAUX, G.; SIEWIERSKA, A. Functional Grammar. **Language**, Washington, v. 70, n. 1, p. 166-169, 1994.

RAPOSO, E. et al. **Gramática do Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. 2 vols.

VAN VALIN, R. D. Functionalism, Anaphora and Syntax. Functional Syntax: Anaphora, Discourse and Empathy. **Studies in Language**, Washington, v. 14, n. 1, p. 169-219, 1990.

Artigo recebido em 29/05/2017

Aceito em 27/03/2018

